

ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 10-10-2022.

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Bruna Rodrigues, Cezar Augusto Schirmer, Felipe Camozzato, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Sebastião Melo, Prefeito, que se pronunciou acerca do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22, que dispõe sobre a isenção tarifária nos dias de eleições majoritárias e proporcionais em nível federal, estadual e municipal. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e seis minutos às quatorze horas e trinta e oito minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Cezar Augusto Schirmer, Mari Pimentel, Cláudia Araújo, Moisés Maluco do Bem, Daiana Santos, Alexandre Bobadra e Mônica Leal. Foi aprovado Requerimento solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, passando-se imediatamente ao período de Pauta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/22, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 007/22, o Projeto de Lei do Executivo nº 026/22, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 293/21, 008/22, 014/22, 100/22, 244/22, 268/22, 336/22, 345/22 e 358/22, e o Projeto de Resolução nº 054/22. Às quinze horas e trinta e dois minutos, por deliberação do Colégio de Líderes, foram encerrados os trabalhos, convocando-se sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde! Hoje temos o comparecimento do Sr. Sebastião Melo, prefeito de Porto Alegre, que abordará assunto relativo ao PLE nº 014/22, que dispõe sobre isenção tarifária nos dias de eleições. Convido-o, de imediato, a fazer parte da Mesa.

O Sr. Sebastião Melo está com a palavra.

SR. SEBASTIÃO MELO: Prezado Presidente Idenir Cecchim, em seu nome, em nome do nosso líder do governo, Ver. Claudio Janta, Ver.^a Cláudia Araújo, Ver. Jessé, eu quero estender os cumprimentos aos demais vereadores desta Casa, Casa que servi por 12 anos com muita honradez, e aqui muito aprendi. Eu pedi, Presidente, esta figura que o Regimento nos abriga, de fazer um comparecimento nesta Casa, para tratar de um tema muito caro ao Brasil, e dentro do Brasil está a nossa cidade, que é a mobilidade humana. No Brasil, acho que nunca teve uma política pública perene para tratar dos modais de transporte coletivo; reduziu-se, praticamente, nas grandes cidades, ao sistema de ônibus, geralmente de má qualidade, passagens altas, o que traz enormes dificuldades para a população de baixa renda. O sistema de transporte coletivo de Porto Alegre transportava 1,1 milhão, em 2015, quando foi licitado o sistema. No final de 2019, ainda no governo Marchezan, antes da pandemia, o sistema já transportava apenas 800, 850, 900 mil. Na pandemia, no pior momento, transportou 250 mil. Teve diminuição de passageiros, sendo o custo da operação o mesmo. Então, na pandemia, o governo Marchezan não tinha o que fazer, teve que botar dinheiro público, sim, e botou corretamente, para não parar o sistema. E nós estamos botando, só que é importante lembrar que no início deste ano, porque as passagens de ônibus têm, contratualmente, a definição dos seus valores em janeiro. Até as pedras desta cidade sabem que o valor que os empresários pediram foi R\$ 6,65. O lugar mais quente do inferno está reservado para aqueles que, no momento de crise, se acovardam. Eu sou um prefeito que não se acovarda, e uma coisa que eu não aceito é demagogia. A oposição agiu com demagogia eleitoralmente em relação ao passe livre; se a passagem é R\$ 4,80, vereadores, é porque esta Casa teve a coragem de acolher a redução de sete isenções, esta Casa teve a coragem de acolher a redução gradativa dos cobradores que todos que optaram para fazer curso estão fazendo para serem motoristas, para serem mecânicos, porque o custo do cobrador é de R\$ 0,80 centavos. Esta Casa acolheu a privatização da Carris que está encaminhada, e a regra, Ver. Cezar Augusto Schirmer, V. Exa. que já foi prefeito de uma grande cidade, é verdade, a lei de 1995 estabeleceu 12 passes livres – um passe livre custa de um R\$ 1,1 milhão a R\$ 1,2 milhão para o sistema. Então, toda vez que eu boto um passe livre, eu tenho que botar dinheiro, tirado de algum lugar. Quando nós mandamos para esta Casa - teve, Ver. Claudio Janta, duas ou três audiências públicas – entendeu-se que deveria ter dois passes livres: a padroeira da cidade e vacinação. Vacinação este ano já teve duas vezes, pode ser três. Eu não vi nenhum vereador da oposição ir ao Ministério Público contestar esta lei, eu não vi nenhuma audiência pública, durante um ano, para contestar que não tinha passe livre nas eleições. A única cidade que teve passe livre nesta eleição foi Manaus, porque tem uma lógica, o código eleitoral tratou disso. O eleitor vota perto de casa, a regra é o eleitor ter mudado de bairro. Não é o contrário de morar no Lami e votar no Sarandi; o normal é votar no Lami e morar no Lami, mas existem pessoas que mudam de bairro. Pois faltando cinco dias, depois que a imprensa levantou este tema, diziam que o prefeito tinha cortado o passe livre. O direito não socorre quem dorme; dizer que o prefeito era segregacionista. Segregação racial é quem mente para o povo, porque, se dependesse da oposição, a passagem era R\$ 6,65. Então, quem defende o pobre somos nós; e não o contrário.

Então, vem com essa história; vocês acham que realmente alguém deixa de votar por causa de passe livre? Não, as pessoas estão deixando de votar no Brasil por várias outras razões; abstenção, voto em branco, voto nulo, mas esse prefeito tem sensibilidade, esse prefeito não é daqueles que acham que está sempre certo. Eu sou o cara mais humilde do mundo, eu fui ao Ministério Público, eu convidei o Presidente dessa Casa que estava com uma série de atividades – “Eu vou lhe acompanhar”. Eu quero aqui fazer, de forma elevada, a condução do que chamou o Tribunal de Contas, chamou o Ministério Público do Tribunal de Contas. Eu levei o secretário de Transporte e toda a sua equipe, e o Presidente da Casa foi lá. Nós construímos um acordo para poder desfazer qualquer possibilidade de alguém dizer: “Eu deixei de votar porque não tinha ônibus”. Nós liberamos todas isenções – o cartão Tri dos estudantes – e construímos um acordo que o Presidente tem aqui na Casa, que deve estar anexado no próprio projeto, que ninguém deixaria de votar se não pudesse pagar passagem. Isso custaria ao sistema R\$ 100 mil, porque se a pessoa não pudesse pagar a passagem, não pagaria, iria e voltaria, e só dizer: “Eu vou votar e não vou pagar a passagem.” Esse é o acordo que nós produzimos, esse é acordo com o Ministério Público; agora, a Defensoria Pública, que às vezes leva 60 dias para defender, para atender um pobre, para arrumar uma manchete de jornal, ideológica, foi parar nas barras dos tribunais de madrugada, para ganhar uma liminar para dizer que tinha que liberar as catracas; o juiz reformou a decisão, dizendo que a decisão do Ministério Público estava correta. Então, eu vim a esta Casa, Presidente, para dizer o seguinte: eu tenho orgulho da base que tenho nesta Casa, Janta; eu tenho orgulho dos vereadores independentes dessa Casa que não são base do governo; eu tenho muito respeito pela oposição responsável, mas eu não tenho nenhum respeito pela oposição irresponsável, por que a gente pode ganhar a eleição, pode perder, o que é a gente não pode é manchar a biografia das pessoas. Não venham com esse papo comigo! (Palmas.) Eu sou um capinador de roça, e tenho muito orgulho de ter sido, de ter passado pelo balcão da Lancheria Farroupilha, de ter carregado caixa na Ceasa e me transformar um dos advogados mais combativos desta cidade. Então não venha dizer para mim o que é dificuldade, o que é vencer na vida. Não! Eu quero dizer a vocês, da oposição, que, se dependesse de vocês, a passagem custaria R\$ 6,65 – demagogia! (Palmas.)

Então, vereadores, eu mandaria para esta Casa, atendendo ao que combinei com o Ministério Público, aquilo que eu combinei lá, que era o passe restritivo, mas, reunido aqui ao lado, a base entendeu que eu deveria mandar sem restrições. E o projeto está na Casa a pedido da base do governo; portanto, à deliberação da Casa. Então, Presidente, é isso que eu queria dizer aqui. E volto a dizer: eu respeito a oposição, eu sou do diálogo, mas não me tratem desse jeito. Tem gente que anda de carrão por aí e é defensor de quem não paga a passagem, só entra no ônibus no dia que tem passe livre. Não sei se tem motorista, mas sei que o carrão é grande, e vem gravar vídeos dizendo que defende os pobres. Então, não contem comigo para esse tipo de politicagem. Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nós temos uma combinação; não vamos fugir dela: um vereador por partido durante dois minutos.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não tem questão de ordem aqui; no grito, não. Vocês não estão num comício; esta Casa tem ordem e não vão tirá-la, não importa se é vereador ou se é deputado! Esta Casa tem ordem! Vocês vão cumprir com a ordem! Eu nunca imaginei, por favor...

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Este Presidente não fica acuado; vocês podem ter certeza disso. Eu vou cumprir aquilo que nós combinamos. Por favor, vereadores.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas do Sr. Prefeito.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h36min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h38min: Estão reabertos os trabalhos. Por favor, tem um vereador no microfone de apartes, solicito silêncio para que ouçamos o Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Muito obrigado, Presidente. A Ver.^a Karen falará nos dois minutos, conforme foram as definições, mas isso não é o tempo de liderança. No tempo de liderança, eu inscrevo o meu nome. Muito obrigado.

Vereador Matheus Gomes (PSOL): O art. 135 do Regimento Interno diz o seguinte (Lê.): “O prefeito comparecerá espontaneamente à Câmara de Vereadores para prestar esclarecimentos, após entendimentos com Presidente, que designará dia e hora para recebe-lo em Plenário”. O art. 136, (Lê.): “Na sessão a que comparecer, o prefeito fará inicialmente exposição sobre as questões do temário que lhe foi proposto ou que tenha escolhido, apresentando, a seguir, os esclarecimentos complementares que lhe forem solicitados pelos vereadores, na forma regimental”. Logo na sequência, o art. 139-A (Lê.): “O comparecimento a que se refere o artigo anterior será estendido a autoridades políticas estaduais ou federais, quando esse objetivar a divulgação ou o esclarecimento de projetos ou políticas de interesse do Município. Na sequência o § 2º (Lê.): “Durante o comparecimento, a autoridade falará por 10 (dez) minutos, e as Bancadas com assento neste Legislativo, por 02 (dois) minutos”. A vinda do prefeito aqui para fazer esse tipo de provocação e virar as costas para os vereadores sem ouvir o que está no acordo com o Regimento, que é a fala de cada um deles e a discussão que nós queremos fazer sobre os temas da cidade é um desrespeito com a democracia, é um

desrespeito com o Parlamento, está fora do Regimento Interno da Câmara de Vereadores que Vossa Excelência deveria ter preservado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está registrado.

Vereador Claudio Janta (SD): Só para deixar consignado aqui que o prefeito não foi convocado, o prefeito quis vir à Câmara de Vereadores, e foram dadas a mais até do que as dez inscrições para que cada partido falasse por dois minutos. Em nenhum momento se cassou o tempo de liderança de partido algum, tanto é que nós temos o Ver. Ruas para falar em liderança do PSOL, e teremos muitos outros. O que a oposição não gostou foi que eram dois minutos para cada partido; alguns não gostaram das verdades que foram ditas no microfone.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Presidente Cecchim, uma dúvida: com a retirada do prefeito, está garantido ainda o tempo de dois minutos de manifestação para o debate ou vai ser só o tempo de Comunicação de Líder?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Lideranças, e depois nós vamos ver se temos tempo. Está bem, Ver.^a Karen?

Vereadora Karen Santos (PSOL): Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Idenir Cecchim. Apenas reiterando que os dois minutos, sim, conforme acordo feito com a Mesa – e a Ver.^a Karen Santos, pelo PSOL. E já digo ao Ver. Janta, líder do governo, por quem eu tenho amizade e respeito, o seguinte: não houve indignação da oposição com relação aos dois minutos; o que nós não vamos suportar é que venha uma pessoa na nossa Casa nos chamar de irresponsáveis, sem razão! Nunca, nunca um de nós foi, Ver.^a Daiana, futura deputada federal, lá no Paço Municipal chamar o prefeito Melo de irresponsável, mesmo que achasse isso. Nós nunca fomos lá - não é Robaina? – fazer isso! Com toda a educação nós fomos. Aqui é a nossa Casa! Aqui é a nossa Casa; quando vai usar a nossa tribuna tem que ter respeito! Ele veio aqui mentir, porque é um mentiroso, ele veio chamar a oposição de irresponsável – irresponsável é ele! Eu nunca vi, em problemas sociais, o prefeito comparecer com toda essa *entourage* que veio aqui hoje. Ele veio com todo o governo aqui para dizer o óbvio! Para dizer o óbvio: o passe livre! Mas ele está tão incomodado com o passe livre, ele está tão magoado, tão bravo pelo papelão que fez, que ele resolveu botar a culpa na oposição. É inacreditável! Inacreditável! Ele não tinha o que dizer, ele poderia ter dito basicamente o seguinte: aqui está um projeto para o passe livre no segundo turno. Acabou o assunto do prefeito. Ele não tem mais nada para fazer aqui. Nada! Mas, não, ele estava magoado, alguém

tinha dito que ele não era um democrata; alguém tinha dito que ele estava errando, e ele veio descontar na oposição. Mas quem é o Ver. Sebastião Melo de antigamente? Quem é o prefeito para dizer isso? O prefeito sempre combateu as reduções tarifárias! Sempre combateu! É bom dizer! E desde vereador; não é como prefeito só, é desde vereador! Ele já era contra o nosso movimento aqui. Eu fui colega dele por três mandatos, conheço bem S. Exa. Já era aqui, Ver.^a Laura, o mesmo; só tem mais poder, mas a posição era a mesma. Eu entreguei, como oficial de Justiça *ad hoc*, nomeado pela Justiça, em 2013, nas mãos dele como vice-prefeito, a redução das tarifas; ele pegou o papel, quase amassou e jogou na mesa da Câmara, aqui no Salão Dilamar Machado e disse: “Isso é uma barbaridade!” e batia com a caneta no papel. Ali, Roberto Robaina, quando fizemos aquela ação, em 2013. O juiz me nomeou oficial de Justiça; eu notifiquei o prefeito – que não estava, era o Fortunati – e Melo recebeu aqui. E vem aqui, Ver. Radde, futuro deputado também, nos chamar de irresponsáveis. Ele que vá lavar a boca; irresponsável não tem ninguém aqui! Eu tenho sete mandatos, 66 anos, sou pai, sou avô, advogado, não vai me chamar de irresponsável, nem aqui, nem na cochinchina, muito menos no palácio dele. Aqui não, aqui ele vai nos respeitar, aqui ele vai saber que vereadores e vereadoras foram eleitos para estar aqui, tanto quanto ele, e com métodos melhores, na minha opinião. Tanto quanto ele. Ele foi eleito para ser prefeito, nós respeitamos. Nunca, Ver. Janta, uma vereadora ou vereador de oposição foi lá no Paço xingar o prefeito na sala dele. Nunca! Aliás, não sei de nenhum caso na história do Paço e desta Câmara; não sei de nenhum caso, só esse. Eu nunca vi um prefeito fazer isso, Ver. Roberto Robaina. Ver. Matheus Gomes, nunca vi! Vir aqui com problemas pessoais, talvez emocionais, sei lá de que natureza, xingar a oposição e ir embora. Irresponsável e covarde! Quem fala o que quer, tem que ouvir a outra parte, é o mínimo que se espera. Se eu venho aqui, ofendo uma pessoa, o mínimo que eu tenho que fazer é ouvir o que ela tem a dizer. Se ele veio aqui chamar a oposição de irresponsável, ele tem que ficar aqui eu ouvir os nossos argumentos. Covarde! O nome disso é covardia! No exército isso é crime; em guerra, dá pena de morte. Covardia! Concluo, Presidente. Agradeço a V. Exa., peço desculpas pela veemência do pronunciamento. É que isso que aconteceu não é comum, V. Exa. sabe, mas terá resposta dura nossa, hoje e nos dias seguintes. Eu nunca imaginei que o prefeito fizesse isso. Agora, que ele saiba, quando ele fizer, vai ter resposta. Obrigado! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde Presidente; boa tarde população que nos assiste pela TVCâmara. Sobre a fala bizarra do nosso prefeito, eu começo dizendo a seguinte frase: “Galvão, fala Tino, sentiu”. O prefeito sentiu o peso da pressão social frente àquilo que ele determinou nesta Casa. Quem determinou que, nos dias das eleições, nós não

tivéssemos passe livre foi a Prefeitura. A oposição, representada pelo PT, PSOL e PCdoB, apresentou emendas, uma delas, do PCdoB, colocava de volta o passe livre nos dias das eleições, e foi derrubada pela base governista dessa Casa. É uma vergonha que agora o prefeito venha aqui atacar a oposição e lavar as mãos frente ao que ele fez. Não por acaso, abriu o voto para o Bolsonaro – laranja não fala, Nádia – abriu o voto para o Bolsonaro, sendo que ele, como advogado, deveria saber o que está acontecendo no nosso País. Quando o Bolsonaro diz que vai aumentar a quantidade de ministros do STF, que diz que o Senado vai poder cassar ministros, ele está copiando a Venezuela, que vocês tanto enchem a boca para mentir. Isso é transformar o Brasil numa Venezuela. Logo Melo que, no jargão popular da extrema-direita, é advogado de vagabundo. Eu não concordo com esse termo, porque eu respeito muito os advogados criminalistas, mas ele, que diz ser advogado, que diz que tem uma história, aderir a essa lógica fascista, representada pela fala dele, o desprezo aos partidos de esquerda e de oposição, o desprezo aos pobres, o desprezo à democracia, quando as pessoas não conseguem sair de sua residência para votar porque não podem pagar passagem. Isso é uma vergonha, isso sim é rasgar sua história. Esse apoio à extrema-direita, essa lógica de se unir com o que há de pior na política, isso envergonha e mancha, de forma irreparável, a história do Sebastião Melo, que saiu daqui, disse que éramos demagogos, irresponsáveis, nos xingou desta tribuna e fugiu. Como um prefeito, que se diz democrata, pode apoiar o projeto que ele apoia, que, com certeza, ceifará mais vidas, fechará o regime democrático? Nós sabemos disso, isso está sendo falado todos os dias! Mais uma vez: laranja não fala. Então, pessoal, eu espero que a população de Porto Alegre nos dê ouvidos: não reelejam o Melo quando ele tentar novamente se candidatar, fará um discurso que ele se preocupa com os pobres, que ele se preocupa com a periferia, vai colocar o chapéu de caipira e ir lá para o meio da vila, mas, na verdade, ele faz a política dos ricos, ele faz uma política autoritária, ele faz uma política golpista, uma política que quer destruir a nossa democracia, que quer silenciar a oposição, que quer o fim dos partidos da esquerda, que quer a continuidade do mensalão do Bolsonaro. Agora o petrolão já é piada, nós temos agora – como é que é? – o cartel do asfalto, o asfaltolão do Bolsonaro: R\$ 1 bilhão desviados; um orçamento secreto com mais de R\$ 60 bilhões desviados. Essa é a realidade, e ele vem aqui atacar os vereadores que defenderam o passe livre nas eleições. Quem defendeu o passe livre nas eleições foram o PT, o PCdoB e o PSOL, e nós, inclusive, tivemos que agir para que na última data da eleição, no dia 2 de outubro, tivesse o passe livre, porque, se dependesse do prefeito, não teria; se dependesse da base governista, da direita, não teria. Fomos nós, da esquerda, que conseguimos, através de pressão, através da nossa atuação, através de articulações, de ações judiciais. E ele veio aqui dizer: “Mas vocês não entraram na época”. Nós apresentamos emendas e fomos derrotados, e Melo, de fato, é um representante do fascismo em Porto Alegre, representante da extrema-direita e desonesto pelo que ele fez aqui hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Pois não, Ver.^a Nádia.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Gostaria de saber, porque fui nominada, a respeito de laranja. O próximo deputado – graças a Deus – que vai para a Assembleia, o Ver. Leonel Radde, explique melhor, porque não ficou bem claro, eu gostaria de uma explicação melhor, se ele puder falar direitinho para a gente entender o que ele quis dizer com isso, eu não entendi. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, os colegas vereadores e vereadoras, os que estão acompanhando a nossa sessão nesta tarde de segunda-feira, os cidadãos e as cidadãs que estão acompanhando aqui a nossa Tribuna Popular, que virá em seguida. Nobre Presidente, tudo poderia ser diferente, mas bem diferente. O prefeito veio aqui, fez um discurso, como se existisse na cidade ou na Câmara somente a oposição, e chamou a oposição de demagógica. Demagógica é a posição do governo. Inclusive, se os senhores observarem, está na justificativa do projeto de lei, sobre o qual ele nem sequer falou; veio à Câmara para dizer que estaria protocolando um projeto de lei, mas, na essência, não anunciou; ele simplesmente – eu diria até em função do resultado da eleição, não superado ainda – veio aqui e acusou a oposição de ter feito um movimento demagógico. Demagógico, prefeito, é quando o senhor não se posiciona como prefeito de toda a cidade, de todos os vereadores, de toda a população. Aqui, nesta tribuna, tem que ter posição política, e, ao ter posição política, valoriza-se todos os cidadãos que votaram na oposição e na situação; mas, quando o prefeito não consegue visualizar toda a floresta, acaba tendo um discurso, como disse o nobre líder do PSOL, o Ver. Pedro Ruas, demagógico, *fake news*, porque coloca a oposição como responsável, por exemplo, pela retirada do passe livre. A lei que retirou o passe livre de Porto Alegre foi do atual prefeito Sebastião Melo, quando retirou as isenções e quando retirou todas as gratuidades, ficando apenas duas, que é o dia da vacina e de Nossa Senhora dos Navegantes. Agora, porque houve eleição e houve uma reação nacional, não estadual, não só municipal, o prefeito volta atrás, porque é uma decisão judicializada. Então anuncia para o primeiro e segundo turnos o passe livre, e pede apoio à Câmara de Vereadores para votar o projeto de lei em tempo. E nós estamos caminhando juntos, nós vamos ajudar a voltar o passe livre, porque era lei, e quem retirou a lei foi o atual prefeito. Prefeito Sebastião Melo, quando o senhor vem para a Câmara, procure dialogar com todos os vereadores; o senhor esteve aqui semana passada e se reuniu só com a situação – a situação não são os 36 vereadores. São dez os vereadores da oposição, que assumem publicamente aquilo que nós achamos que é o melhor para cidade e alertamos quando veio para o projeto de lei, nas emendas que nós apresentamos para manter certas gratuidades, como foi o passe livre. E a sua base, prefeito, votou contra. Foi por isso que os nossos colegas vereadores, que tiveram êxito na eleição, sim, falaram a verdade para os nossos queridos porto-alegrenses. Então, aqui

se reproduz o resultado de como os vereadores vão votar. Mas nessa sua iniciativa de voltar a gratuidade do passe livre, o senhor pode contar conosco, prefeito, nós vamos fazer justiça e vamos fazer com que o passe livre volte para todo cidadão, independente de classe social; essa é a verdade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cezar Augusto Schirmer está com palavra para uma Comunicação de Líder.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Com licença, Presidente, vai ficar para depois as intervenções?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Sim, depois das lideranças.

VEREADOR CEZAR AUGUSTO SCHIRMER (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, prezados colegas, os senhores e as senhoras são testemunhas de que tenho me mantido, desde que cheguei a esta Casa, numa postura discreta, reservada, muitas vezes, apenas observando as manifestações que aqui são feitas, muitas das quais fora de propósito, muitas das quais numa linguagem chula, muitas das quais numa linguagem absolutamente desrespeitosa – e me mantenho calado. Eu ouvi, por exemplo, aqui, manifestações, acusando os vereadores que não são da oposição de extrema direita, direita fascista, todos. Vi manifestações de um vereador que se fantasiou de burro aqui na tribuna e pasmem, V. Exas., eu me surpreendi que não tenha havido uma reação contundente da Casa. Agora, veio o prefeito, depois de ter ouvido manifestações grosseiras, desrespeitosas, mentirosas, falsas, na imprensa, ditas por vereadores da oposição nas rádios, nos jornais. O prefeito vem aqui manifestar a sua inconformidade, a sua legítima contrariedade, de um homem público que historicamente tem respeitado todos e a cada um, mas há um limite, e esse limite foi extrapolado em função de um processo eleitoral nos dias que antecederam a eleição. Sim, respeito todos nós queremos, meu caríssimo e querido amigo Ver. Pedro Ruas; nós somos de outra época, mas o respeito começa em casa. Antes do respeito ao adversário, antes do respeito à instituição, precisamos compreender que nós precisamos nos respeitar e respeitar esta Casa. Não ouvi de nenhum vereador da oposição, quando um colega respeitável, porque eu o respeito, fantasiou-se e burro e veio à tribuna desta Casa, desmoralizando não um ou outro, mas desmoralizando todos, desrespeitando a instituição. E a instituição se calou, e os seus colegas se calaram, e eu estava ali, surpreso, envergonhado, constrangido, triste, porque estamos cuspidos para cima, não estamos entendendo que a instituição é maior do que qualquer das nossas divergências. E está falando aqui alguém que tem uma trajetória de democracia, de luta pela democracia e pela liberdade, mas, mesmo a liberdade de expressão tem que ser colocada no contexto do respeito à instituição a qual pertencemos! Democracia significa respeito, e respeito significa, antes e acima de tudo, autorrespeito!

Vamos ver essa história do passe livre. Isso começou três ou quatro dias antes da eleição, numa manifestação, cujo mérito não quero discutir, mas o que tinha por trás disso era a compreensão de alguns que o passe livre para os pobres iria beneficiar o seu partido, não havia por trás disso a intenção de preservar o interesse das camadas mais pobres da população! Eu não vi nenhuma manifestação aqui dos que pretensamente defendem os pobres querendo passe livre para o cidadão desempregado, que precisa ser internado no hospital e tem que pagar o ônibus. Isso é defender os pobres, não políticas sociais que sejam universais e que arranjam a todos, passe livre para os pobres, para os ricos, para os que podem pagar; quem paga é o povo, porque não existe almoço gratuito! Está na hora, Sr. Presidente, se nós queremos realmente resolver problemas, que cada qual pegasse um pouco do seu fundo eleitoral e pagasse a passagem dos pobres. Se alguém quisesse dar um benefício a qualquer cidadão, por exemplo, o Poder Judiciário pode muito bem tirar das polpudas verbas dos juízes, dos magistrados ou do Poder Judiciário. Se o Ministério Público Eleitoral quer dar um benefício, pois tirem do seu orçamento! Chega de onerar as prefeituras e os governos estaduais! Esta compreensão que eu gostaria de aqui compartilhar, na compreensão de que o prefeito veio aqui trazer a manifestação da sua contrariedade, porque, antes de ele estar aqui, houve alguém ou alguns que passaram dos limites da boa política, da boa divergência, da boa democracia. Encerro, Sr. Presidente, fazendo um apelo a esta Casa e aos que aqui remanescerem a partir de 1º de janeiro, que compreendam que a democracia é, antes e acima de tudo, respeito recíproco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara, Presidente Idenir Cecchim. Sim! Não existe almoço grátis! É para você aí que nos acompanha na TVCâmara, para você que é pagador de impostos em Porto Alegre: não existe almoço grátis. A demagogia que a gente vê e que viu no debate do passe livre em período eleitoral é pura demagogia, porque as bancadas da esquerda, quando governam, não colocam o passe livre nos municípios que governam. Por que será? Por que não colocaram toda essa energia em Belém do Pará? Lá não tem passe livre, e o prefeito é do PSOL. Por que será, Comandante Nádia? Será que nós estamos vendo uma questão de demagogia em Porto Alegre ou nós estamos sendo pautados pelo Twitter do Felipe Neto? Eu acho que nós temos que mudar o tipo de fazer política em Porto Alegre e, principalmente, que se a esquerda quer fazer demagogia, faça onde governa, e não onde não governa. Se ela vai fazer demagogia, faça onde ela paga a conta, onde ela vai tirar a prioridade de quem precisa para colocar em quem não precisa, porque nós estamos falando do domingo de eleições em que 300 mil pessoas andaram de ônibus em Porto Alegre. Qual o percentual que foi realmente votar? Qual o percentual que realmente precisava desse benefício –

desse benefício, reforço –, porque não é passe livre para quem precisa, é um benefício para quem quis dar uma volta de busão no domingo de eleição, porque 300 mil pessoas não foram às urnas no dia de passe livre para votar. Nós tivemos 300 mil pessoas andando de ônibus de graça em Porto Alegre. Isso é demagogia, sabe por que, Comandante Nádia, porque nos locais onde teve passe livre teve menor presença na urna em comparação de onde não teve. Ou seja, quando tem passe livre e as pessoas não vão votar, o que está acontecendo? O que está acontecendo é que não temos um debate baseado em dados e evidências, nós temos um debate pautado por demagogia; principalmente por demagogia, porque não é onde mexe no bolso de cada um desses vereadores que trouxeram essa pauta. Por que não foram a Belém do Pará ou aqui a poucos metros: nós temos São Leopoldo onde nós temos o PT; lá o PT foi eleito sem passe livre. Será que só está acontecendo nas eleições de 2022 a disputa em cima do passe livre, ou nós temos uma situação que virou pura demagogia e debate eleitoral? Eu reforço aqui, para você cidadão de Porto Alegre que paga os impostos e paga para termos 342 locais de votação na nossa cidade, que para cada local de votação, nós temos toda a infraestrutura de local: temos a infraestrutura de as urnas chegarem lá, temos a infraestrutura das pessoas estarem lá, para a gente ir lá apertar o botãozinho. Isso tudo é infraestrutura da democracia, nós já temos isso pago por cada um de nós, nós não precisamos usar passe livre. E o partido NOVO, entendendo que pode ser uma questão sensível, colocou uma emenda em que as pessoas vulneráveis poderão, sim, utilizar passe livre nos dias das eleições, mas não para todo o mundo. Não é para dar volta no busão no domingo, é para quem precisa mesmo, precisa utilizar o ônibus para ir votar. Nós estamos colocando essa emenda, para que tenhamos uma política justa, e reforço: não existe almoço grátis. A gente tem fila nas UTIs de Porto Alegre, nós precisamos é colocar dinheiro no bolso da saúde, da educação e da segurança, e não na volta do busão.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste; na verdade, em 2021, nós votamos a retirada de sete isenções, todos nós sabemos disso. E foi consciente naquela época, porque, para nós, era muito importante que o trabalhador que sai todos os dias para trabalhar pudesse ter a passagem mais acessível. Nós sabemos que isso é que faz a diferença. Nós sabemos que o nosso transporte tem muito problema, nós temos falta de ônibus, sim, porque a pandemia nos tirou muito transporte. Ele está retornando aos poucos agora nos locais, mas nós sabemos que ainda não temos o número de pessoas, muitos estão trabalhando de forma remota, não estão utilizando o transporte público. Nós temos muitos problemas de manutenção no transporte, muito dentro dessa pauta. Mas lá, quando nós todos votamos pela retirada desses sete passes,

era pensando exclusivamente na redução do valor da passagem, o que oportunizaria que o trabalhador pudesse, todos os dias, ir trabalhar com uma passagem mais acessível. É a que nós gostaríamos? Não, não é, nós gostaríamos que a passagem fosse ainda mais acessível, mas, infelizmente, isso não é possível neste momento. O prefeito Melo também tem esse entendimento da necessidade de que a passagem seja mais acessível. Estamos buscando, dentro da mobilidade urbana, mais condições de transformar essa passagem, ônibus mais adequados, transporte mais eficiente. Mas isso foi há quase um ano. Quase todos os vereadores, hoje eleitos deputados, impulsionaram o *card* uma semana antes das votações, isso trouxe um prejuízo muito grande para os candidatos que trabalham quatro anos, e não só em ano de eleição. Eu sou uma vereadora que trabalha pela sociedade, pela cidade, pelas pessoas, quatro anos, e eu fui muito prejudicada com esse *card*, que é oportunista, que é politiqueiro, que é... Não tenho nem palavras mais para dizer, é um *card* que elegeu alguns vereadores como deputados, que não mereciam estar lá, mas que a população elegeu em função de ser enganada por esse *card*. A população não tem o entendimento que a gente tem na Câmara de Vereadores. Essa foi uma eleição atípica, foi uma eleição em que as pessoas não perguntavam o que eu fiz em quatro anos, as pessoas perguntavam se eu ia votar no Lula ou no Bolsonaro, e, dependendo da minha resposta, eu perdia voto, porque não era o que eu fazia, não importava o que eu faço nos quatro anos, eu sou de um partido de centro, que deixou de existir nessa campanha. Os partidos de centro não existiram, porque ou eu tinha que ser Lula ou eu tinha que ser Bolsonaro, e isso continua existindo no segundo turno. Enquanto nós tivermos essa politicagem, nós não vamos construir um país melhor, nós não vamos ter uma cidade melhor. Tem que acabar essa demagogia, tem que acabar essa politicagem, que diz o que o povo quer ouvir e que não é a verdade. O prefeito Melo trabalha muito, e eu sou vice-líder do governo, sou base do governo, e não era no outro pleito porque não acreditava na outra gestão, e hoje eu sou e eu tenho certeza de que o que o prefeito Melo está fazendo pela cidade nenhum outro prefeito fará. Ele é uma pessoa incansável para trabalhar e melhorar a nossa Porto Alegre, e eu espero, sinceramente, que ele se reeleja, porque ele é um cara que trabalha muito por todos nós, seja rico ou seja pobre, e a gente vê isso quando a gente o vê caminhando nas comunidades. Então, alguma coisa está errada, porque ele é muito acolhido nas comunidades, e aí chegam aqui na tribuna e vêm dizer que o prefeito não faz o que tem que fazer. Alguma coisa está mal, essa polarização na política vai acabar com nosso país. Eu sou a favor do passe livre, sim, tanto que eu fiz uma indicação para que fosse realizado o passe, e dei R\$ 400 mil em emendas impositivas para ajudar a bancar o passe livre, porque eu acho que democracia é muito importante, mas na época em que se votou não se pensou no passe livre, se pensou na passagem acessível para que o trabalhador pudesse trabalhar. Prefeito Melo, siga trabalhando e nós estaremos sempre contigo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde Presidente Idenir Cecchim e todos que nos acompanham, vou falar rapidamente até porque temos Tribuna Popular. Quero agradecer ao nosso líder da bancada, Ver. Gilson Padeiro, e venho falar aqui em nome da bancada do PSDB algumas coisas importantes, algumas considerações sobre a vinda do prefeito, o passe livre. No ano passado, Presidente Idenir Cecchim, quando este projeto chegou na Casa, através do Ver. Gilson Padeiro, foi feita uma emenda justamente para manter o passe livre nos dias de votação nas eleições. Inclusive a emenda era uma emenda de bancada, eu era líder da bancada, assinei junto a emenda do Ver. Gilson Padeiro, mas, infelizmente, naquele momento houve uma visão de que ela não fosse incluída e, sensibilizado o autor pelo governo, não chegou a ser votada. Naquele momento nós lamentamos muito, porém queremos fazer um reconhecimento público aqui de agradecimento pela sensibilidade do prefeito que neste ano acabou permitindo que a gente tivesse passe livre nas eleições. E voltar atrás não é um problema, o problema são aquelas pessoas que persistem sempre em achar que recuar, reavaliar, repensar, é fraqueza; não é sinal de fraqueza. Eu quero lembrar, inclusive, que o nosso ex-governador e candidato Eduardo Leite na questão do IPVA, Presidente Idenir Cecchim, no início do seu governo pensava em não parcelar e voltou atrás na sua decisão. E ele disse na época algo que o prefeito Sebastião Melo pode repetir aqui, foi uma declaração pública do então Governador Eduardo Leite que disse: “Não me falta sensibilidade, o que me falta é dinheiro”. Então, demagogicamente, eu quero neste momento, aqui, apaziguar um pouco esta briga toda. Eu ouvi que um vereador disse que poderia ter sido diferente a vinda do prefeito aqui. Sim, mas vamos também fazer o seguinte questionamento, Ver. Cláudio Janta: teria sido diferente se a oposição, por exemplo, tivesse entrado na justiça e feito isso no ano passado, logo após a aprovação do projeto, e tivesse conseguido, judicialmente, êxito, mas foi postergado isso, foi feito uma semana antes da eleição. Eu gostaria que também não tivesse existido *cards* e notícias, dizendo que nenhum vereador aqui apresentou emenda para tentar; o Ver. Gilson, a Ver.^a Bruna, se não me engano, da oposição, apresentaram emendas, mas circularam. Não estou dizendo que foi um vereador de oposição, pode ter sido uma assessoria, um militante, um eleitor, mas poderia ter sido diferente. Então, fazer oposição não significa que tu precisas agredir, atacar, mas cada um faz a sua forma de oposição, como os independentes, nosso caso, também, Ver. Gilson. E repito aqui: Vossa Excelência apresentou emenda, e agora vê a sua emenda transformada em projeto de lei, que está aqui nesta Casa. Por isso tudo que eu disse, quero reconhecer a sensibilidade de rever o posicionamento. E, por fim, Presidente Idenir Cecchim, quero fazer aqui, não uma provocação, mas que todos nós possamos pensar: se cada vereador, por exemplo, destinar R\$ 28 mil em emendas impositivas anualmente, asseguramos mais de R\$ 1 milhão, que é o custo do passe livre nas eleições. Eu sou parceiro; se todos 36 vereadores toparem, podemos compensar o custo do passe livre para que os porto-

alegrenses possam votar sem pagar o seu deslocamento no transporte público de mobilidade. Mas demagogia, não! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Sem fazer demagogia, vereador, pode me inscrever em segundo nesta lista, pois vou dar os R\$ 28 mil. Vamos ver quem quer fazer isso.

A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Colegas vereadores, público que nos assiste, ao contrário do vereador que me antecedeu aqui, que falou que quer apaziguar, eu não quero apaziguar, eu quero que cada um tenha responsabilidade de assumir a posição. No momento, inclusive, em que nós colocamos uma emenda aqui para que fosse mantido o passe livre, nós do PCdoB colocamos essa emenda; então, que cada um tenha a decência de admitir isso diante da sociedade de Porto Alegre, porque agora fica muito fácil vir aqui e falar que erraram, assim como o prefeito covardemente veio aqui e nos atacou, e simplesmente virou as costas. Eu quero ver todo esse aparato que estava aqui para fazer a defesa do SUS, para fazer a defesa da educação de qualidade, para poder fazer a defesa daquilo que é importante, da assistência social precarizada. Eu quero ver todo esse aparato à disposição da população e não da forma covarde como foi colocado aqui. Nós não somos ideológicos! Nós estamos, desde o início, ao lado desse povo, desse que precisa ser olhado com atenção, respeito e responsabilidade, coisa que tu, Sebastião Melo, não fizeste, pois viraste as costas para uma parcela significativa de quem votou em nós, porque nós representamos esse povo. E quando tu viras as costas para nós, quando tu saís covardemente da Casa do Povo, tu não estás respeitando o povo! Entenda que nós não vamos dar um passo atrás. É tua responsabilidade, admita! Admita que fizeste uma manobra, de forma muito oportunista, para a retirada dessa emenda. Nós sabemos muito bem do lado que estamos, e é por isso que venho aqui firmar essa posição, porque eu respeito a população, sei muito bem do lado que estou. Não admitiremos ser usados! Se tu queres palanque, pegue todos os que te apoiaram. A tua oposição tem aqui a consequência de cumprir com cada uma das palavras ditas; já quem anda ao teu lado se esconde, porque não tem coragem para admitir nenhum dos seus atos. Saiba, povo, isto tem que ficar gravado realmente: o povo de Porto Alegre precisa lembrar cada um de vocês, covardes, que atacam os direitos da população! Nós sabemos o lado que estamos e lutamos pela população e pelos direitos garantidos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores; Presidente; telespectadores da TVCâmara; primeiro, quero agradecer o prefeito Melo por vir aqui, na Tribuna da Câmara Municipal de Porto Alegre, para esclarecer fatos importantes para os nossos telespectadores da TVCâmara e para 1,5 milhão de pessoas que moram em Porto Alegre. Concordo com o vereador que me antecedeu sobre a cotização dos vereadores no que tange à questão do passe livre e me coloco à disposição, da mesma forma, para ser o terceiro da lista para também dar uma cota das minhas emendas impositivas para ajudar na questão do passe livre. Eu, pessoalmente, sou favorável à questão do passe livre em dia de eleição. Mas eu quero que a população de Porto Alegre, os telespectadores da TVCâmara façam uma reflexão: infelizmente quem trouxe ideias aqui, projetos, debates e realmente votou com a cidade realmente não foi tão bem na eleição, mas quem fez algumas coisas bizarras aqui, chapéu de burro, algema, pirotecnia, esses foram bem e conseguiram. Porque, na verdade, a finalidade da oposição não é governar, tanto que em todas as vezes que eles governaram, eles foram mal. E por que foram mal? Porque não sabem fazer. Então durante todo o tempo em que eles estiveram aqui sempre foi pensando na questão eleitoral, o tempo todo. O vereador que me antecedeu foi bem, uma semana antes eles entraram na Justiça para pedir o passe livre, fizeram um *card*, justamente os vereadores que se elegeram, num ônibus da Carris. Eu acho que eu não deveria ter feito a faculdade de direito, não deveria ter feito a Escola da Magistratura, a Escola da Defensoria Pública, eu tinha que ter feito curso de teatro no Wolf Maya, como fez o outro vereador, esse aí foi bem. Mas quero me colocar à disposição dos colegas vereadores para votarmos projetos de interesse da nossa cidade. Acho que nós estamos nos aproximando do final do ano e, por óbvio, temos projetos importantes que serão votados agora em dezembro e quero me colocar à disposição de todos vocês para continuarmos o diálogo, a conversa, pensando em quem mora em Porto Alegre. Estamos nos aproximando do dia 30 de outubro, o povo brasileiro e o povo gaúcho devem escolher o seu caminho e eu acho que cada um de nós tem que pensar de forma técnica, com dados, com números, e votar de forma consciente no projeto que melhor lhe represente. Um abraço a todos, contem comigo e o Rio Grande do Sul, o Brasil e Porto Alegre não podem parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas, Presidente, eu utilizo esta tribuna com muita segurança e tranquilidade no que vou falar, mas eu vou iniciar com uma frase do meu pai, Pedro Américo Leal, que ao longo da minha vida eu escutei: “O pior inimigo é o da trincheira; da oposição, eu sei o que vem”. Agora eu vou dizer porque que o prefeito Melo estava com esse sentimento de indignação, porque é o mesmo que o meu, eu compartilho desse sentimento porque nós temos aqui uma base

que tem que votar unida com o prefeito; no mínimo, defender um projeto. Estava tudo muito bem combinado entre a base do governo sobre o passe livre, não havia condições, não tem, como disse aqui a Ver.^a Mari Pimentel - mas que eu me surpreendo por que o discurso é um e a prática é outra -, “Não tem almoço grátis”, custa aos cofres públicos um milhão de reais para manter, para oferecer o passe livre à população. Havia 12 isenções, e nós chegamos à conclusão que não teria como manter 12 isenções, então escolhemos que fossem duas: a padroeira da cidade de Porto Alegre e a vacinação, que é uma questão importante da saúde. Qual a minha surpresa quando eu vejo *cards* – *cards*, para quem não sabe o que que é, são cartazes – poucos dias antes das eleições, fazendo publicidade, propaganda. O Sr. Felipe Camozzato, da base do Governo, foi um que fez! Ora, chega, minha gente, eu estou cansada desse modelo aqui dentro: da base do governo para alguma coisa, e aí quando interessa vai lá e faz *cardzinho* para falar mal dos colegas. Isso é vergonhoso! Assim como também a dupla do partido Novo que defende a educação e votou contra o projeto da educação digital. Espera um pouquinho, está na hora de a gente esclarecer o povo de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, que foram essas as pessoas que foram votadas para deputado estadual. A esquerda, tudo bem, eu sei que vem deles, é oposição; agora, dos nossos, eu sinto muito, eu fico enojada com esse tipo de atitude. E não basta, temos um outro *card* do partido Novo dizendo que este é um projeto demagógico. Eu solicitei ao meu assessor, por favor, coloque uma imagem para ver o último *card* que rola nas redes sociais do partido NOVO.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Projeto eleitoreiro, não! Esse é o prefeito dele, do NOVO, que é base do governo. Vejam que absurdo! Eu aprendi, na minha casa, lealdade; na política, está acima de qualquer coisa, é um princípio básico. O jornal Correio do Povo fez matéria chamando o prefeito de vários adjetivos, que era o único prefeito de uma cidade do Rio Grande que não ia manter o passe livre. Pergunta se alguém lá, se alguém desses dois foi defender o prefeito? Que nós tínhamos combinado que, de 12 isenções, ficariam duas, porque os cofres públicos não têm dinheiro. E é isso aí que rola. Ora, foi por isso, Ver. Pedro Ruas, a indignação de um prefeito que sempre atendeu a todos com honradez, com democracia, e é traído. Não. Isso para mim – olha, eu sinto muito -, isso para mim é uma baixaria. E são essas pessoas que são eleitas, com um discurso diferente da atitude. Isso é a verdadeira propaganda enganosa. Enquanto eu estiver aqui nesta Câmara, nesta tribuna, não passarão aqueles que tenham esse modelo. Eu vou denunciar! E começo por aqui. E vão pesquisar, pois há outros *cards* - outros *cards* - falando mal de vereadores, colegas da situação, do governo, que têm um prefeito que atende à dupla do NOVO. Era isso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quero avisar as Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores que nós vamos manter para cada partido dois minutos. Eu só preciso fazer correr a Pauta antes disso.

Esta presidência faz um requerimento, solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, passando-se, imediatamente, ao período de Pauta. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0140/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 007/22, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que altera o inc. I do parágrafo único do art. 69-A da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, incluindo menção à pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição de guarda nos dizeres do cartaz que alerta sobre a violência contra animais e o meio de a denunciar. **(SEI 035.00011/2022-89)**

PROC. Nº 0748/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/22, que inclui o inc. III e os §§ 1º e 2º no art. 1º e revoga o art. 2º da Lei Complementar nº 362, de 28 de dezembro de 1995 – que cria o “Passe Livre” no sistema de transporte coletivo de Porto Alegre –, incluindo no rol de isenção tarifária os dias de eleições majoritárias e proporcionais em nível federal, estadual e municipal. **(SEI 118.00456/2022-67)**

PROC. Nº 0019/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 008/22, de autoria do Ver. José Freitas, que assegura à gestante com deficiência auditiva o direito a ser acompanhada por intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas consultas de pré-natal e de puerpério em Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nas Unidades de Pronto Atendimento, bem como durante o parto e nas internações relacionadas à gravidez em todas as instituições de saúde atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Porto Alegre. **(SEI 034.00006/2022-77)**

PROC. Nº 0709/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 358/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que declara de utilidade pública a Associação Literária São Boaventura – Casa Fonte Colombo. **(SEI 025.00065/2022-54)**

PROC. Nº 0677/22 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/22, de autoria do Governo Municipal, que extingue a licença-prêmio, revoga o parágrafo único do art. 37 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, e dá outras providências. **Com Emenda nº 01, dos Vers. João Bosco Vaz, Moisés Maluco do Bem, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Airto Ferronato, Márcio Bins Ely, Jonas Reis, Kaká D'Ávila e Prof. Alex Fraga e da Verª Mônica Leal. (SEI 118.00402/2022-00)**

PROC. Nº 0716/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 293/21, de autoria do Ver. Giovane Byl, que declara de utilidade pública o Ypiranga Futebol Clube. **(SEI 158.00103/2021-46)**

PROC. Nº 0028/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 014/22, de autoria do Ver. José Freitas, que permite a utilização de equipamentos que contenham mecanismo que garanta a eliminação de ar nas tubulações do abastecimento de água no Município de Porto Alegre. **(SEI 034.00021/2022-15)**

PROC. Nº 0195/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 100/22, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que altera, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, o Dia da Marcha para Jesus para o primeiro sábado do mês de novembro. **(SEI 145.00013/2022-49)**

PROC. Nº 0477/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 244/22, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que altera a ementa e o *caput* do art. 1º, inclui §§ 4º e 5º no art. 1º e revoga os §§ 1º e 2º do art. 1º da Lei nº 7.494, de 15 de setembro de 1994 – que obriga as agências e os postos de serviços bancários em que haja cofre, guarda ou movimentação de numerário a instalarem porta eletrônica de segurança individualizada na forma de porta giratória ou de sistema de eclusa. **(SEI 197.00630/2022-01)**

PROC. Nº 0537/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 268/22, de autoria do Ver. Leonel Radde, que cria o Selo Estabelecimento Cultural. **(SEI 208.00084/2022-60)**

PROC. Nº 0690/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 345/22, de autoria da Verª Comandante Nádia, que declara de utilidade pública a Associação Vivendo Atos 29. **(SEI 025.00057/2022-16)**

PROC. Nº 0722/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 026/22, que denomina Irmão Afonso o logradouro não cadastrado, localizado sobre o Arroio Dilúvio, na Avenida Ipiranga, nº 6681, Bairro Partenon. **(SEI 118.00433/2022-52)**

PROC. Nº 0684/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 054/22, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao SINDIPAN/RS. (SEI 039.00074/2022-31)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Por acordo de líderes, estão encerrados os trabalhos da presente sessão. Convoco as Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores para a 011ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 15h32min.)

* * * * *